Globethics Repository



A necessidade de uma outra política macroeconômica [The need for another macroeconomic policy]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Fachin, Patricia
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-11-01 23:05:02
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/160271

A necessidade de uma outra política macroeconômica

A política econômica do início do governo Dilma é essencialmente a mesma do começo do governo Lula, constata o economista David Kupfer

Por Patricia Fachin

O discurso de campanha da presidenta eleita, Dilma Rousseff, sinalizava uma possível mudança estrutural, que teria repercussões na erradicação da pobreza e no desenvolvimento brasileiro. Mas será que "esse novo governo está preparado para fazer escolhas?", pergunta David Kupfer em entrevista concedida à **IHU On-Line**. Na sua avaliação, embora o crescimento econômico ainda permaneça como foco do novo governo, a equipe econômica está cada vez mais preocupada em conter a inflação. Segundo ele, a preocupação do alto escalão faz sentido porque o retorno da inflação pode corroer o poder de compra das famílias brasileiras e matar "a galinha dos ovos de ouro" do modelo de consumo, que "está na essência do mecanismo de crescimento da economia brasileira".

Especialista em política industrial, Kupfer estima que a indústria brasileira continuará perdendo competitividade em função dessa estratégia de combate à inflação. Na entrevista que segue, concedida pessoalmente quando esteve na Unisinos ministrando a aula inaugural do curso de Economia, ele explica: "O que tem de estar claro é que o Brasil está importando uma inflação dele próprio, pois parte importante dos preços em ascensão é de matérias-primas que são, muitas delas, exportadas pelo país".

David Kupfer é mestre e doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Atualmente, é coordenador do grupo de pesquisa em Indústria e Competitividade - GIC-IE/UFRJ. É autor de inúmeros artigos sobre inovação, competitividade e concorrência na indústria brasileira além de e coautor do livro *Made in Brazil* (Rio de Janeiro: Campus, 1996) e organizador de *Economia Industrial* (Rio de Janeiro, Campus, 2002). Confira a entrevista.

IHU On-Line - No final do ano passado, o senhor explicou, em entrevista concedida à IHU On-Line, que o receio do aumento da inflação levaria ao aumento da taxa de juros, que levaria a revalorização do real e novamente o Brasil continuaria nessa circularidade. É o que está acontecendo neste momento? A economia brasileira está novamente diante do desafio de desatar o nó cambial?

David Kupfer – Sim. Está acontecendo exatamente aquilo que era previsto: a situação macroeconômica não está dando margem de manobra e o grau de liberdade se resume a ajustar a taxa de juros para cima. O governo está elevando a taxa de juros, agora também recorrendo adicionalmente a outros tradicionais instrumentos da política monetária, hoje chamados de macroprudenciais, mas permanece o objetivo final de frear o ritmo de crescimento da economia com a decisiva contribuição da valorização do real. Não se conseguiu ainda desenhar uma mudança relevante na linha mestra da política macroeconômica que permita ao país escapar dessas restrições ao crescimento rápido e sustentável.

IHU On-Line - A estimativa de crescimento para este ano é de 4 a 5%. É esse um percentual considerável, tendo em vista o alto crescimento do ano passado?

David Kupfer – Entendo essa pergunta de duas formas. A primeira é relativizar o crescimento de 7,5% de 2010. Tirando-se a média dos 7,5% do ano passado com o 0,6% negativo de 2009, veremos que a média de crescimento desses dois anos foi de 3,5%. A segunda é que os especialistas estão revendo para baixo a expectativa de 4% para 2011. Nos dois casos, o percentual continua próximo daquele número mágico dos 3,5% que os defensores desse modelo de política macroeconômica afirmavam ser o produto potencial brasileiro, isso em plena fase de crescimento restringido do início da década passada. Então, de algum modo, estamos em um ritmo que pode ser entendido como piso para o crescimento brasileiro. A conclusão é inevitável: deveríamos ter uma política macroeconômica diferente para o país poder andar menos devagar do que essa velocidade mínima.

IHU On-Line - Como o senhor vê o anúncio do ajuste fiscal?

David Kupfer – No final do ano, vamos ver que o ajuste fiscal seguiu o ciclo político. A política econômica do iní-

cio do governo Dilma é essencialmente a mesma do começo do governo Lula. A grande diferença, é que em 2003, havia uma crise política de credibilidade, que provocou uma explosão inflacionária, e desta vez não há nada similar. A sucessão foi absolutamente tranquila. Portanto, do ponto de vista econômico, pode se questionar se o ajuste fiscal é efetivamente necessário. Mas, do ponto de vista político é mais fácil entendê-lo. Primeiro, todo governante aperta o cinto no início para gerar recursos para, quando as eleições estiverem mais próximas, ter caixa a fim de poder fazer um governo mais exuberante. Isso tende a ser assim na democracia. Mas também cabe considerar que o governo anterior abriu espaço para uma exacerbação de demandas da sociedade e agora há a necessidade de contê-las para devolver ao gestor a capacidade de atribuir prioridades. Essa leitura política torna mais compreensível que o novo governo tenha optado por anunciar um ajuste fiscal como seu cartão de visitas.

IHU On-Line - O senhor concorda com a ideia do economista Delfim Netto, de que os investimentos atuais são grandes, mas, enquanto não amadurecem, são demanda e não oferta? A partir desta perspectiva, está posta uma armadilha para a economia brasileira?

David Kupfer – Sem dúvida nenhuma. O Brasil está engargalado pelos problemas de infraestrutura há muito tempo e a velocidade com que está se construindo infraestrutura no país não é suficiente para que esse cenário que Delfim Netto sugere se torne realidade, ou seja, que ela deixe de ser demanda e vire oferta. Neste momento, o investimento em infraestrutura significa demanda, o que é bom porque absorve produção. Porém, não estando pronta, a infraestrutura não diminui os custos de produção. O problema é que o investimento no Brasil tem ocorrido de forma lenta e com períodos de maturação muito grandes: as obras demoram demais para serem decididas, concebidas, projetadas, executadas e ficarem prontas. As razões para isso são conhecidas e

"Do ponto de vista econômico, pode se questionar se o ajuste fiscal é efetivamente necessário. Mas, do ponto de vista político, é mais fácil entendê-lo"

remetem a problemas da natureza da relação público/privado, das questões de regulamentações jurídicas e a todo o embrulho administrativo e burocrático que existe no país atualmente. Há obras do primeiro PAC que já deveriam estar mais do que prontas, mas ainda estão a 30, 50% do caminho.

IHU On-Line - Os empréstimos do BNDES superaram cinco vezes mais os empréstimos do Banco Mundial. Como o senhor vê essa informação? Em algum momento o banco terá de rever os investimentos?

David Kupfer – O BNDES é maior que o Banco Mundial há muitos anos ou mesmo décadas. O volume de empréstimo do BNDES já superava o do Banco Mundial na década de 1980. Acontece que o banco ganhou uma dimensão muito grande em relação a ele próprio. O BNDES está emprestando tudo que pode e mais um pouco - algo na ordem de 150 bilhões de dólares, o que equivale a mais de um quinto da formação bruta de capital do país. Penso que está havendo uma percepção do governo e do próprio BNDES de que está se chegando a um limite. O banco teve de compensar a crise, mas a economia já superou essa fase. Só que no momento não existe um mercado de capitais privados que tenha essa capacidade. Com a crise do final de 2008, a própria Bolsa de Valores recuou em relação a sua capacidade anterior de mobilizar capitais para os novos negócios. Esse é um dos principais gargalos estruturais ao crescimento que o Brasil enfrenta.

No final de 2010, o governo baixou um conjunto de medidas para fomentar o crédito privado de longo prazo que foram bem recebidas pelos economistas. Há um entendimento, porém, de que essas medidas levarão pelo menos dois anos para produzir seus efeitos. Então, esperamos que surja um mercado de capitais privados no Brasil com capacidade de financiar o desenvolvimento econômico. Será, sem dúvida, um grande salto.

IHU On-Line – Dilma irá governar em um cenário internacional mais turbulento? A elevação do preço das commodities pode interferir de algum modo? O senhor vê risco de desequilíbrio externo?

David Kupfer – Tenho pensado nessa questão das commodities já há alguns anos. O fato é que a alta de preços ora em curso no mercado internacional está sendo inteiramente transferida aos preços domésticos. Não sei em que medida podemos imaginar mecanismos pelos quais o sobrepreço que o exportador brasileiro de minério, soja, celulose ou tantas outras commodities está obtendo não venha a ser cobrado dos usuários no mercado interno. Obviamente, se os preços são totalmente livres, então, de fato, é inevitável que isso ocorra. No entanto, existe chance de que, nesse momento específico, um mecanismo de contenção de preços no mercado interno não prejudique a competitividade das empresas como ocorreu no passado.

O que mudou? Na década de 1980, havia um processo inflacionário crônico, de forte caráter inercial. Para tentar segurar a inflação, o governo restringia os preços dos insumos básicos, em boa parte produzidos por empresas estatais, mantendo os preços no mercado interno abaixo dos internacionais por longos períodos. Esse tabelamento dos preços domésticos foi quebrando os exportadores nacionais porque eles se viam forçadas a trabalhar com preços que não remuneravam seus custos. É como se o preço internacional estivesse no lugar e os preços domésticos fora de lugar. Hoje, a situação é diferente. São os preços internacionais das commodities que estão fora de lugar, havendo, portanto, espaço para se ter um preço no mercado doméstico inferior ao internacional.

Alternativas

A questão é encontrar um mecanismo que possa cumprir adequadamente essa função. Tem um espaço de trabalho aí, embora pareça tardio imaginar um sistema de taxação das exportações de commodities, tal como tem sido feito na Argentina e, mais recentemente, na Austrália. No caso brasileiro, isso poderia ter sido feito no passado, em 2003 ou 2004, quando o ciclo de alta de preços internacionais de commodities já ia de "vento em popa", mas o real ainda se encontrava desvalorizado. Hoje, com o real super-apreciado, talvez não seja mais o caso. Uma opção diferente seria aumentar a apropriação pública da renda mineral e da renda da terra, por meio de royalties e similares. Esses recursos poderiam ser direcionados para fundos de estabilização de preços dessas matérias-primas ou de fomento ao investimento em atividades agregadoras de valor. Longe de uma ideia acabada, é mais um registro de que talvez valha a pena aprofundar um pouco a reflexão sobre essa questão.

IHU On-Line - A tentativa de conter a inflação poderá afetar a indústria? A política econômica do governo se articula com as necessidades do setor?
David Kupfer - O modelo de estabilização brasileiro não é pró-indústria; é um modelo que ajusta, um pouco nas costas da indústria, a necessidade de ter compensações para determinados custos que são crescentes no país. Como a indústria trabalha com comercializáveis, o que se pode fazer é achatar o preço da indústria, expondo-a a concorrência internacional e, adicionalmente, induzindo um processo de valorização cambial. Em síntese, o governo está barateando o preço do produto industrial, o que ajuda a controlar a inflação. Como a inflação está se acelerando, provavelmente terá de ser aplicada uma dose mais forte da mesma fórmula que vem sendo usada há quase 20 anos. Isso vai significar novamente uma compressão nos preços industriais, que virá do aumento da taxa de juros o qual, por sua vez, irá trazer mais uma rodada de valorização do real, barateando a parcela importada dos bens industriais e também os próprios custos de produção industrial.

> "O que a China propõe para o Brasil hoje é o mesmo que os EUA propuseram há 50 anos"

Penso que será inevitável que a indústria vá passar por uma nova rodada de perda de competitividade nos próximos anos. O que tem de estar claro é que a indústria acaba arcando com os efeitos nocivos de um modelo de combate a uma inflação que o Brasil está importando dele próprio, pois boa parte dela vem de aumentos de preços de matérias-primas que são exportadas pelo Brasil.

IHU On-Line - Muitas empresas chinesas são estatais e estão comprando terras no Brasil. A partir deste fato, é possível pensar que o Estado chinês está se apropriando, de alguma maneira, do território brasileiro? Ao invés de comprar commodities brasileiras, eles poderão, no futuro, comprar suas próprias matérias-primas em terras brasileiras, ou melhor, chinesas? Como fica a concorrência e a relação dos países nesse sentido?
David Kupfer - Nem toda a produção chinesa é estatal; é um pouco complicada a estrutura do capital na China. De qualquer modo, o país tem dado sinais de que o interesse nacional chinês se limita aos produtos mais básicos. A China tem procurado o Brasil para exploração primária agrícola e mineral. Evidentemente, não há uma razão clara que nos leve a imaginar que o país irá mudar de postura. Então, a relação do Brasil com a China é complexa e, embora nesse momento a China esteja ajudando o equilíbrio comercial brasileiro, tende a se tornar conflitiva com o passar do tempo. E quando essa fase de auge do ciclo das commodities reverter e a China não gerar tanto superávit para o Brasil, esses conflitos tenderão a se aguçar. Imagino que há uma percepção dos formuladores da política externa brasileira nesta questão e, evidentemente, todo o movimento da política externa brasileira já reflete esse desafio chinês. Imagino que a aproximação de Brasil e EUA é uma forma de buscar meios para que os dois países tentem neutralizar essa ameaça chinesa.

IHU On-Line - Dilma anunciou a criação do "grupo China" para estudar a relação comercial com o país. Como vê essa iniciativa? Trata-se de uma estratégia para conseguir a penetração de empresas brasileiras no mercado chinês?
David Kupfer - É uma estratégia necessária porque o Brasil não pode romper com a China. Por um lado, a relação com os chineses é positiva porque ela trouxe uma mudança no eixo dinâmico da economia mundial, a qual é boa para o Brasil. O país não pode ser contra isso, mas deve ter uma posição mais firme diante desse novo impulso. O que a China propõe para o Brasil hoje é o mesmo que os EUA propuseram há 50 anos. De algum modo, a resposta brasileira foi tanto de aproximação quanto de muita contestação das posições americanas. Apesar disso, está estabelecendo uma relação parecida com os chineses.

IHU On-Line - Como vê a posição do governo brasileiro diante do pré-sal? Seria este o momento de o país guinar para outro modelo econômico, sustentado pela economia de baixo carbono?
David Kupfer - Não tenho dúvidas de que o Brasil tem de investir no pré-sal. Deixo a futurologia para os futurólogos e, se alguém achar que o petróleo irá acabar em 2030 ou 2050, tudo bem. Até lá, o petróleo é e seguirá sendo um tremendo ativo, de importância econômica fundamental pelo que pode significar de divisas e desenvolvimento. Além do mais, é um ativo geopolítico importantíssimo e é com ele que o Brasil pode sair desse andar de baixo em que a China está querendo nos colocar.

O Brasil tem que investir no petróleo sem se tornar dependente. Então, tem de desenvolver novas fontes de energia, os biocombustíveis, a econo-

mia de baixo carbono. O país não pode ser binário: investir tudo ou desistir.

IHU On-Line - Que política econômica é necessária para que a atividade industrial gire na direção do desenvolvimento tecnológico, tal como o senhor propõe em seus estudos? O que Dilma sinaliza nesse sentido? O Brasil está preparado para investir nessa área?

David Kupfer - Penso que a indústria ainda não está preparada. O problema da inovação no Brasil é amplo e tem raízes tanto na estrutura da indústria quanto no comportamento das empresas e do governo. Então, são raízes estruturais e comportamentais.

A raiz estrutural mais imediata é o fato de que a economia brasileira não remunera a inovação, quer dizer, não há incentivo porque os setores em que se consegue dispor de empresas mais robustas, que poderiam se deixar atrair pela inovação, são maduros tecnologicamente enquanto os setores mais dinâmicos do ponto de vista inovativo resentem-se da ausência de uma capacitação empresarial compatível.

Outra questão tem a ver com o fato de que o empresariado brasileiro demonstra uma enorme aversão ao risco – talvez por questões justificáveis, porque enfrentou muitas dificuldades ao longo dos últimos 30 anos. O risco tecnológico, que é realmente muito elevado, parece não muito atrativo quando cotejado com a segurança de se manter a produção industrial limitada aos produtos de menor conteúdo tecnológico. O governo, por sua vez, tem muitas restrições legais, jurídicas e organizacionais para transferir recursos para atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, especialmente no que diz respeito aos financiamentos a fundo perdido, que são muito importantes na questão de ciência e tecnologia. Então, o Brasil não tem um modelo eficaz para o financiamento dos grandes projetos estruturantes de ciência e tecnologia nacionais.

Finalmente, o país não consegue fazer a ciência e a tecnologia convergirem. Cada uma tem uma lógica e seguem orientações diferentes. À medida que o objetivo da inovação vai ganhando importância, fica mais claro que existe um problema de longa data: casar política industrial com política tecnológica. Estamos descobrindo, porém, que, além desse problema antigo, existe outro que estava escondido: fazer as políticas científica e tecnológica andarem juntas. Então, há um problema ainda maior do que se imaginava: fazer a política industrial, tecnológica e científica convergirem. Esse é um processo longo e não se deve esperar avanços rápidos. Já se avançou bastante em relação ao que existia há 25 anos. Ocorre que se avançou bastante em relação à realidade do Brasil, mas em termos de comparação internacional, se avançou pouco e o país está ficando para trás.

> **"A diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento não é uma questão numérica, pois um país pode crescer 5% sem desenvolver ou crescer 3%, desenvolvendo"**

IHU On-Line – A política econômica do governo sinaliza também para o desenvolvimento social do país?

David Kupfer – Essa é uma pergunta difícil. A diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento não é uma questão numérica, pois um país pode crescer 5% sem desenvolver ou crescer 3%, desenvolvendo. Desenvolvimento é crescimento mais alguma coisa. Para um estruturalista como eu, essa "alguma coisa" significa mudança estrutural. No caso específico do governo Lula, percebemos que a preocupação esteve focada em destravar o crescimento econômico. Principalmente o segundo governo Lula buscou crescimento econômico, mas não teve um foco claro na mudança estrutural.

O discurso de campanha da Dilma sinalizou para uma nova fase em que se buscaria mudança estrutural. Mas para ter a mudança estrutural de fato precisamos de um Estado com capacidade de planejar, uma política econômica baseada em planejamento. Evidentemente que não o planejamento antigo, tecnocrático, mas sim um planejamento indicativo, que aponte direções, que favoreça a coordenação das decisões empresariais, que reduza os riscos dos investidores etc. A questão é que planejar significa fazer escolhas, ou seja, financiar determinadas ações e não outras, apoiar certas iniciativas, valorizar determinadas empresas em vez de outras e, assim, sucessivamente.

A dúvida é se esse novo governo está se preparando para fazer escolhas. Ainda está muito cedo para dizer, mas neste momento o governo parece novamente estar focado no dilema inflação-crescimento. Existe uma preocupação legítima do governo em relação ao retorno da inflação, porque ela pode corroer o poder de compra, que está na essência do mecanismo de crescimento da economia brasileira.

Anteriormente, falei que o modelo de estabilização adotado no Brasil cria um ambiente hostil para a indústria, mas, por outro lado, que ele dava um "cala boca" para o setor, dizendo o seguinte: "A indústria perderá competitividade, os custos serão crescentes. No entanto, o mercado interno será comprador. O mercado interno, que não comprava nada, agora comprará muito". Enquanto o mercado interno estiver crescendo seu poder de compra, a indústria consegue compensar a perda de competitividade. Mas se vem um processo inflacionário, que começa a corroer o poder de compra, mata-se a galinha dos ovos de ouro desse modelo chamado consumo de massas que está sendo praticado atualmente. Então, o governo tem muito medo da inflação por causa desses efeitos que ela pode gerar no ponto focal do modelo de crescimento que vem sendo adotado no Brasil e vem dando a hegemonia política ao partido da atual presidenta.

IHU On-Line – Mesmo Dilma declarando que está preocupada com a erradicação da miséria, o objetivo é crescimento? Ou os dois poderão caminhar juntos neste governo?

David Kupfer – Podem e devem cami-

nhar juntos porque a demanda interna tem uma locomotiva e vários vagões. Desde os anos 1990, vem ocorrendo uma série de medidas de transferência de renda, formalização do emprego, aumento do salário mínimo que continuam colocando mais vagões no trem do consumo. O vagão que entrou na rodada anterior foi a chamada classe C, mas ainda é possível levar isso a diante, incluindo as classes D e E. Na hora em que se conseguir incorporar mais esses 30 milhões de pessoas ao consumo, mais fôlego será dado ao crescimento. A transformação chinesa é essa também. A diferença é que eles estão incorporando 300 milhões de pessoas por vagão ao invés de 30 milhões.

Leia Mais...

David Kupfer já concedeu outras entrevistas à **IHU On-Line**. Acesse na página eletrônica do IHU (WWW.ihu.unisinos.br).

• Desatar o nó cambial. Eis o desafio econômico brasileiro. Entrevista publicada nas Notícias do Dia em 21-12-2010. Disponível no link http://migre.me/49G3K;
• A política cambial e o crescimento econômico. Entrevista publicada na edição 306, de 31-08-2009. Acesse no link http://migre.me/49FYn;
• Pré-sal: uma nova perspectiva para o desenvolvimento econômico brasileiro. Entrevista publicada nas Notícias do Dia em 16-09-2008. Acesse no link http://migre.me/49G1N.

Baú da IHU On-Line

A **IHU On-Line** já produziu outras edições sobre os temas abordados nesta publicação. O material está disponível na página eletrônica do IHU (www.ihu.unisinos.br).

• Economia brasileira. Desafios e perspectivas. Edição 338, de 09-08-2010. Acesse no link http://migre.me/49gaz;
• A crise da zona do euro e o retorno do Estado regulador em debate. Edição 330, de 24-5-2010. Acesse em http://migre.me/12Pa4;
• A reestruturação do capitalismo brasileiro. Edição 322, de 22-03-2010. Acesse no link http://migre.me/49gdf;
• Euclides da Cunha e Celso Furtado. Demiurgos do Brasil. Edição número 317, publicada em 30-11-2009. Acesse no link http://migre.me/pH5L;
• O capitalismo cognitivo e a financeirização da economia. Crises e horizontes. Edição número 301, publicada em 20-7-2009. Disponível no link http://migre.me/pH7f;
• A crise capitalista e a esquerda. Edição número 287, publicada em 30-3-2009. Acesse no link http://migre.me/pH9P;
• Alternativas energéticas em tempos de crise financeira e ambiental. Edição número 285, publicada em 8-12-2008. Disponível no endereço eletrônico http://migre.me/pHbx;
• A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx. Edição número 278, de 21-10-2008. Acesse em http://migre.me/pHco;
• A crise financeira internacional. O retorno de Keynes. Edição número 276, de 6-10-2008. Disponível no link http://migre.me/pHe0;
• Uma nova classe média brasileira? Edição número 270, publicada em 25-8-2008. Publicada em http://migre.me/pHA7;
• O Brasil está se desindustrializando? Um debate. Edição 218, de 7/5/2007. Acesse no link <http://migre.me/12ELp>;
• Raízes do Brasil. Edição número 205, de 20-11-2006. Acesse no lilnk http://migre.me/pHH8;
• O Brasil que a gente quer. Edição número 201, de 23-10-2006. Disponível no endereço http://migre.me/pHIg;
• A política ainda é relevante? A eleição presidencial. Edição número 192, de 21-8-2006. Acesse no link http://migre.me/pHKn;
• Intérpretes do Brasil: A redescoberta do Brasil como problema. Edição número 165, de 21-11-2005. Acesse no link http://migre.me/pHNe;
• A crise política brasileira. Elementos para análise. Edição número 146, de 20-6-2005 e disponível no link http://migre.me/pHOC;
• 1985-2005. A Nova República. 20 anos depois. Edição 132, de 14-3-2005 e disponível em http://migre.me/pHQ4;
• Lições eleitorais. A política nacional converge para o centro. Edição 123, publicada em 16-11-2004. Disponível no link http://migre.me/pHTf;
• Governo Lula: Uma saída neoliberal para a crise do neoliberalismo? Edição número 79, de 13-10-2003. Disponível no link http://migre.me/pINN;
• Projeto Nacional de Desenvolvimento: Uma possibilidade? Um contra-senso? Edição número 77, de 29-9-2003. Disponível no endereço eletrônico http://migre.me/pIOS;
• Brasil: A força de uma identidade enfraquecida. Edição número 63, de 9-6-2003 e disponível no link http://migre.me/pIRd;
• Eleições brasileiras: A possibilidade da democracia social e política. Edição número 39, de 21-10-2002. Acesse no link http://migre.me/pISf;
• O Brasil que vai às eleições. Edição número 37, de 30-9-2002. Acesse em http://migre.me/pISX;
• Eleições 2002. Propostas para reflexão. Edição número 8, de 11-3-2002. Disponível no link http://migre.me/pIUR.

21 de maio

Escola de Formação Fé, Política e Trabalho 2011

Da alienação à conscientização para uma prática transformadora da realidade.
Assessoria: Prof. Dr. Pedrinho Guareschi - PUC/RS
www.ihu.unisinos.br